

**Curvas de concreto para além das serras de Minas:
Conjunto da Pampulha, patrimônio cultural, do local ao global
(1984-2016).**

WALKIRIA MARIA DE FREITAS MARTINS*

1. INTRODUÇÃO

O processo de sacralização do conjunto arquitetônico da Pampulha como bem cultural brasileiro teve início na década de 1980 e se estendeu até o ano de 2003. O conjunto foi tombado pelas três instâncias administrativas do país: a municipal, a estadual e a federal. Ainda na década de 1990 o conjunto foi incluído na Lista Indicativa de bens brasileiros candidatos ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO. Em 2016 o “Conjunto Moderno da Pampulha” foi reconhecido como Patrimônio Mundial.

Nosso objetivo é apresentar as análises dos processos de tombamentos do “conjunto da Pampulha”, refletindo sobre a trajetória discursiva que o conduziu até o título de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2016. Para tanto, utilizamos como fontes os processos de tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Secretaria Municipal de Cultura do município de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Além desses processos, analisamos o Dossiê de candidatura do “conjunto da Pampulha” enviado à UNESCO com vistas à obtenção do título de Patrimônio Mundial. A análise seguirá a ordem cronológica dos processos de tombamento, com o intuito de compreender, em cada contexto, a trajetória discursiva e contextual por meio das quais o conjunto da Pampulha foi arquitetado como um patrimônio dentro e, posteriormente, fora do Brasil.

O “Conjunto Moderno da Pampulha”, reconhecido pela UNESCO em 2016, é formado pelos edifícios e jardins do antigo Cassino, hoje Museu de Arte da Pampulha, da Casa do Baile, que se transformou em Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design, da igreja de

* Professora do Departamento de Ciências Humanas (História) do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF(MG). Doutoranda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação da professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva. A pesquisa de doutorado tem o financiamento do Programa de Bolsas da Capes.

São Francisco de Assis, do Iate Golfe Clube, atual Iate Tênis Clube e da antiga residência de Juscelino Kubitscheck, atual Casa Kubitscheck. Ainda segundo o Dossiê, além desses cinco edifícios, o bem é composto pelo espelho d'água e pela parte da orla da lagoa onde os edifícios se encontram. O lago é considerado elemento articulador da unidade do chamado “Conjunto Moderno da Pampulha” (DOSSIÊ: 13).

As construções datam da década de 1940 e, segundo Flávio de Lemos Carsalade foram criadas como área de lazer e turismo da capital mineira, durante o governo do então prefeito Juscelino Kubitscheck (CASTRO & FINGUERUT, 2006: 57). O denominado “Conjunto Moderno da Pampulha” foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e contou também com as participações de outros profissionais de renome dentro e fora do Brasil, tais como o paisagista Roberto Burle Marx e o artista plástico Cândido Portinari.

A Igreja de São Francisco de Assis, considerada por Yves Bruand como uma das principais obras de Oscar Niemeyer na Pampulha (BRUAND, 2016: 112), foi tombada pelo IPHAN em 1947, inaugurando a fase de tombamentos de bens representativos da arquitetura modernista brasileira em nível federal. No entanto, como conjunto, a narrativa de consagração da Pampulha como patrimônio seria elaborada a partir da década de 1980. As diferenças entre os processos de tombamento explicitam a historicidade do processo de patrimonialização e justificam a análise histórica que aqui propomos.

Se considerarmos o patrimônio como um campo de conhecimento repleto de agentes que nele atuam, o constituem e são por ele constituídos, (BOURDIEU, 2005), uma análise desse campo passará, necessariamente, pelo conhecimento desses agentes em contextos históricos específicos. Nesse sentido, consideramos relevante uma análise historiográfica do processo de patrimonialização, em suas diferentes instâncias dentro do Brasil e deste em relação à UNESCO, no que diz respeito à Lista do Patrimônio Mundial. Tal análise é a proposta deste artigo e incide sobre o período entre 1981 e 2016, no qual ocorreram os tombamentos estadual, nacional e municipal do “Conjunto Moderno da Pampulha” e seu reconhecimento como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Por essa razão, a própria concepção deste conjunto, a mirada que conferiu unidade aos seus elementos e os instrumentos operacionalizados por determinados intelectuais podem ser objetos de análise historiográfica. Tais concepções e instrumentos foram utilizados na elaboração das narrativas que originaram o “Conjunto

Moderno da Pampulha” como tal e lhe conferiram valores para que fosse reconhecido como patrimônio mineiro, brasileiro, belo-horizontino e, por fim, mundial. Na sequência, analisaremos narrativas e contextos de cada uma dessas etapas do processo de sacralização desse bem cultural brasileiro.

2. ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE CONSAGRAÇÃO DO CONJUNTO DA PAMPULHA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL (1981-2016).

O primeiro tombamento realizado para o conjunto da Pampulha foi a nível estadual. O órgão de proteção ao patrimônio do estado de Minas Gerais é o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA-MG, uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura.

O conjunto arquitetônico da Pampulha foi reconhecido pelo IEPHA-MG em um processo que teve início no ano de 1981 e conclusão em 1984 abarcando, portanto, as gestões de Luciano Amédee Péret (1979-1983), Suzy Pimenta Mello (1983-1984) e Rodrigo Ferreira Andrade (1984-1987) como presidentes da instituição. O processo foi elaborado por uma equipe própria do órgão estadual e os textos históricos e informativos foram embasados por pesquisas documentais realizadas no Arquivo Público Mineiro (PTE009- IEPHA-MG: 3). O processo foi supervisionado por Affonso Ávila, Superintendente de Pesquisa, Tombamento e Divulgação do IEPHA-MG e executado por Ruth Villamarin Soares, Chefe do Setor de Pesquisa e Tombamentos da mesma instituição. A equipe ainda contou com a participação de historiadores e arquitetos, entre eles Maria Carmem Perilo (PTE009- IEPHA-MG: 184).

O parecer da arquiteta Suzy P. de Mello, favorável ao tombamento do conjunto, menciona a relação entre as obras de Niemeyer na Pampulha e o Barroco brasileiro, reafirmando a idéia de um “novo barroco” e a importância desse trabalho na trajetória do arquiteto Oscar Niemeyer, bem como a importância deste para a história da arquitetura brasileira (PTE009-IEPHA-MG: 187-188). Essa relação entre a arquitetura de Niemeyer e o barroco brasileiro também encontra eco em trabalhos de arquitetos e em outros documentos. Lauro Cavalcanti, por exemplo, compara o trabalho com azulejos da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, aos revestimentos das antigas igrejas coloniais (2006: 199).

Percebe-se, claramente, um exercício retórico que endossa a narrativa de uma arquitetura moderna genuinamente brasileira que dialoga com o estilo colonial. No Dossiê de candidatura da Pampulha ao título de Patrimônio Mundial o “diálogo com o barroco” é apresentado como um dos elementos que fundamentam a tese que o conjunto arquitetônico é exemplar de um intercâmbio de valores humanos que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura (DOSSIÊ, 2014: 174). Esse é um dos critérios sob os quais a inscrição foi proposta. Ou seja, um dos elementos que justificaram o valor universal excepcional do conjunto moderno da Pampulha, foi a dita relação entre a arquitetura de Niemeyer e o barroco colonial brasileiro. Fica evidente, portanto, a forma como essas narrativas, vindas de arquitetos, alguns deles técnicos de órgãos de preservação, se consubstanciam. Elas se repetem em locais distintos, não são questionadas e acabam sendo tomadas como verdades incontestes. Nos processos de sacralização elas aparecem como conhecimentos de especialistas, já incorporados ao senso comum, constituindo-se, dessa forma, poderosos recursos retóricos.

Com o título de “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”, o bem cultural formado pela igreja de São Francisco de Assis, pelo antigo Cassino, Casa do Baile e pelo Iate Tênis Clube, além de seus jardins e esculturas foi tombado por unanimidade.

O Processo nº1341-T-94 referente ao tombamento federal do conjunto da Pampulha pelo IPHAN teve início no ano de 1994, na gestão de Glauco Campello. O elemento detonador do processo foi uma correspondência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG, solicitando o tombamento do referido conjunto. A correspondência, que data do dia três de março de 1994, foi assinada pelo então Prefeito Municipal, Patrus Ananias de Sousa, pela Secretária Municipal de Cultura, Maria Antonieta Antunes Cunha e pelo Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural, o arquiteto Leonardo Barci Castriota. A solicitação do Executivo Municipal vinculava-se a um contexto de comemoração do primeiro centenário da cidade de Belo Horizonte, que ocorreria no ano de 1997 (Processo 1341-T-94/IPHAN: 32).

O Processo de Tombamento traz os estudos realizados sobre a região da Pampulha, pela equipe do Grupo de Trabalho para o Tombamento da Pampulha (GTT-Pampulha). No texto intitulado “Belo Horizonte: Memória Urbana” a Pampulha é apresentada como parte do processo de “evolução urbana de Belo Horizonte” e como momento de “ruptura com a centralidade do planejamento original”, referindo-se ao projeto de construção da nova capital

mineira, inaugurada em dezembro de 1897. Ainda segundo o texto, o conjunto da Pampulha construído na década de 1940 representou uma ruptura com estilos arquitetônicos “pouco originais, que se diferenciavam apenas pelo arranjo da fachada” (Processo 1341-T-94/IPHAN: 43). Essa crítica que se refere aos estilos neocolonial e eclético que caracterizaram a arquitetura brasileira da virada do século XIX para o XX e, conseqüentemente, estiveram presentes no momento da construção da nova capital mineira, foi defendida pelo SPHAN em suas primeiras décadas de atuação.

A narrativa faz também a defesa de inclusão de edifícios tradicionalmente não incluídos ao “conjunto da Pampulha”. Defende-se a casa de JK, por ser projeto de Oscar Niemeyer e paisagismo de Roberto Burle Marx e por ser considerada uma inovação na arquitetura residencial. A narrativa defende também o edifício construído para ser a sede do Golf Club e que na década de 1990 abrigava a sede da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (Processo 1341-T-94/IPHAN: 59; 81). Também foi mencionado o restaurante Redondo, apresentado como primeira construção da Pampulha, feito para servir de abrigo aos operários que trabalhavam nas construções ali realizadas (Processo 1341-T-94/IPHAN: 79). Outra defesa interessante que do texto do processo é em relação ao Monumento a Iemanjá, localizado também na região da Lagoa da Pampulha. Tratava-se, portanto de uma proposta bastante ampla de tombamento, compreendendo-se uma área na região da Pampulha, em Belo Horizonte, composta de diversas referências consideradas importantes para a cidade.

O presidente do IPHAN, Glauco Campello, encaminhou o processo também, ao arquiteto Maurício Roberto, membro do Conselho Consultivo da instituição. No parecer o conselheiro enaltece os edifícios arquitetados por Niemeyer, bem como a equipe de artistas que participou das obras. (Processo 1341-T-94/IPHAN: 152). Na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, ocorrida em sete de dezembro de 1994, após a leitura do parecer do Conselheiro Maurício Roberto, o debate versou sobre a área de tombamento e os bens específicos que seriam especialmente protegidos (Processo 1341-T-94/IPHAN: 166-167). De acordo com as discussões, os estádios Magalhães Pinto (Mineirão) e Felipe Drummond (Mineirinho), bem como o restaurante “Redondo” foram considerados de interesse para a história local sendo, portanto, indicados para receber proteção municipal. Desta feita, apenas os quatro edifícios

arquitetados por Niemeyer e situados na orla da lagoa da Pampulha mais a casa de JK e o Monumento a Iemanjá deveriam ser tombados individualmente pelo IPHAN.

Quase um ano após aquela reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, o DEPROT realizou outro parecer sobre o tombamento do conjunto da Pampulha. O relatório ficou sob responsabilidade da arquiteta Marta Queiroga Amoroso Anastácio, Técnica em Preservação e Defesa Ambiental da Área de Patrimônio Natural e Arqueológico do IPHAN e da arquiteta Cláudia Maria Girão Barroso, Chefe do DEPROT/IPHAN, com a colaboração do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, também do DEPROT/IPHAN. De acordo com o parecer, ocorreria a exclusão da área então ocupada pela Fundação Zoobotânica, reduzindo-a à parte edificada de sua antiga sede, obra de Oscar Niemeyer e incluindo-se o restante da área como entorno. Propunha-se, ainda, a inclusão da Lagoa da Pampulha em sua totalidade no perímetro tombado. Quanto aos bens a serem tombados individualmente, manteve-se a proposta anterior, exceto o Monumento a Iemanjá, apontado como obra da década de 1980, de autoria desconhecida e que teria valor simbólico apenas para a população local. Ficam claros, portanto, os referenciais que norteavam o processo de valoração de bens culturais por parte do órgão de preservação federal.

Em agosto de 1996 foi solicitado, ainda, um último parecer de um membro do Conselho Consultivo do IPHAN. Desta vez o indicado foi o conselheiro Ítalo Campofiorito que concordou com o parecer anterior, feito pelo DEPROT. O arquiteto alegou que os estádios de futebol e o terreno da Fundação Zoobotânica poderiam receber tombamentos municipais ou estaduais, mas, que não eram compatíveis, nem no valor histórico, nem no valor artístico, daquilo que se entendia por “Conjunto Arquitetônico da Pampulha”. Segundo ele, “as edificações citadas em destaque são de fato as mais importantes” e “as obras de arte a tomar seriam todas as que se realizaram conforme os projetos de Oscar Niemeyer” (Processo 1341-T-94/IPHAN: 218).

Na reunião do dia vinte e sete de agosto de 1996 o Conselho Consultivo do IPHAN recomendou unanimemente o tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”, formado pelo antigo Cassino, pelo Iate Tênis Clube, pela Casa do Baile, pela Casa de JK, pela Sede da Fundação Zoobotânica e pelos jardins, bens integrados e bens móveis inventariados no processo. Mas foi em outubro de 1997 que o Presidente do IPHAN, Glauco

Campello, encaminhou ao então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, o processo de tombamento do conjunto da Pampulha, solicitando sua homologação.

O processo administrativo nº 01118070.99.04 relativo ao tombamento municipal do conjunto da Pampulha foi realizado no ano de 2003. O estudo que deu origem ao processo foi elaborado pela equipe técnica da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, ligada à Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, com a colaboração da professora Denise Bahia, da Escola de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG.

Percebe-se nesse processo, um foco nas questões urbanas de Belo Horizonte e uma contextualização das narrativas já consagradas sobre o conjunto da Pampulha, associando-as a aspectos da municipalidade. Assim, são citados o Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte e outras legislações municipais que versam, entre outras questões, sobre o patrimônio histórico cultural e natural da cidade. O texto frisa também, que naquele momento, a política de proteção dos bens culturais em Belo Horizonte tinha como um de seus fundamentos os conjuntos urbanos, entendidos como “áreas da cidade definidas com o objetivo de se proteger espaços específicos denominados espaços polarizadores, onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural” (P-01118070.99.04/03-PMBH: 2). Já de início, fica claro que o estudo “pretende ressaltar o já conhecido valor dos edifícios construídos por Oscar Niemeyer e constituir-se em um dos fundamentos para a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais (ADE), já instituída para a Pampulha” (P-01118070.99.04/03-PMBH: 4).

A documentação do tombamento municipal apresenta o estudo realizado por uma equipe técnica e entregue ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). Criado em 1984, pela lei municipal nº 3802/84, o CDPCM-BH é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte, composto por representantes da sociedade civil e por instituições públicas.

No dia trinta de julho de 2003 a Presidenta do Conselho, Maria Celina Pinto Albano, convocou os conselheiros para uma reunião na qual seria apreciado o processo de tombamento do conjunto da Pampulha. O parecer foi realizado pelo conselheiro Cláudio Listher Marques Bahia, representante da PUC-MG no CDPCM-BH. Favorável ao tombamento, o arquiteto destacou a importância do estudo realizado para a pesquisa e o conhecimento da arquitetura

moderna de Belo Horizonte. Em outubro de 2003 foi notificado oficialmente o tombamento definitivo do bem, denominado “Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e Adyacências. O registro foi certificado pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura e membro do CDPCM-BH, Rodrigo Barroso Fernandes, em abril de 2005.

Em trabalho publicado no ano de 2006, juntamente com outros autores, o arquiteto e urbanista Flávio de Lemos Carsalade, então Secretário de Administração Regional da Pampulha, do Município de Belo Horizonte, MG, reconhecia o conjunto das obras de Oscar Niemeyer na região da Pampulha como um dos ícones representativos da capital mineira (CARSALADE, 2006: 56). Segundo Carsalade, embora o projeto de urbanização da região da Pampulha já fosse uma preocupação do poder público municipal desde a década de 1930, foi na década seguinte, no governo do então prefeito Juscelino Kubitschek, que ele teria se concretizado. Naquele contexto, segundo o autor, dados os propósitos de modernização da cidade defendidos pelo prefeito e que combinavam com o que ele denominava “atitude moderna” da cidade de Belo Horizonte, a arquitetura moderna foi escolhida para protagonizar as ações de urbanização da região da Pampulha, na região norte da cidade (CARSALADE, 2006: 56-58). Despontaria, assim, a figura central de Oscar Niemeyer, escolhido por Juscelino Kubitschek para ser protagonista. Niemeyer teria agregado dois valores à Pampulha: a forma arquitetônica de apreensão forte e simples, com originalidade artística e interpretação livre e a importância histórica de sua construção. Esse último, por sua vez, se justificaria pelo fato que o trabalho de Niemeyer na Pampulha reafirmaria a “atitude moderna” e desenvolvimentista da cidade, representaria o marco histórico de sua expansão na direção norte e, ainda, seria um marco da revolução da arquitetura modernista, que teria revelado Belo Horizonte aos olhos do mundo. (CARSALADE, 2006: 57-58).

Na mesma coleção organizada por Mariângela Castro e Silvia Finguerut, o arquiteto Carlos Eduardo Comas situa as obras realizadas por Niemeyer na década de 1940 na região da Pampulha no contexto de desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira demonstrando suas filiações e singularidades. Para Comas, essa obra de Niemeyer representa um marco na trajetória da arquitetura moderna, tanto dentro quanto fora do Brasil (2006: 144-145):

Aliás, num momento em que a sobrevivência da Arquitetura moderna está em jogo, internacional em intenção, mas não de fato, Pampulha é antes de tudo um argumento poderoso a favor de vê-la como uma nova tradição, tão ou mais rica que a tradição

erudita secular que absorve antropofagicamente, a assimilação acompanhada de rejeição, a continuidade estabelecida na ruptura.

A ligação com Juscelino Kubitschek e seu ideal desenvolvimentista, a idéia de que a cidade de Belo Horizonte teria, desde a sua fundação, uma íntima relação com a modernidade e seus ideais e a escolha de Niemeyer como aquele que melhor imprimiria às obras da Pampulha todos esses sentidos, formam, em seu conjunto, o que o arquiteto Leonardo Barci Castriota denominou de “o mito fundador” do patrimônio da Pampulha. Segundo Castriota, essa narrativa teria sido criada desde a década de 1940, quando da realização das obras e, teria se cristalizado nos diferentes momentos em que individual ou conjuntamente, aqueles edifícios teriam sido alvos de tombamentos. (CASTRIOTA, 2006: 80-81).

Sendo assim, pode-se falar do surgimento de uma literatura especializada em arquitetura que ajuda a consolidar uma memória do movimento moderno mundial, com seus expoentes e obras icônicas. E o mesmo ocorreu no Brasil. As publicações de arquitetos brasileiros e estrangeiros colaboraram para a elaboração de uma narrativa, na qual Oscar Niemeyer era apresentado como o gênio do moderno brasileiro e o “Conjunto Moderno da Pampulha” seria um de seus mais importantes trabalhos. A obra também era considerada marco inaugural de uma arquitetura moderna de raízes corbusierianas, amalgamada a características tidas como genuinamente locais, atribuídas à genialidade de Niemeyer. Essa narrativa marca o início da elaboração de uma memória da arquitetura moderna brasileira.

Ao mencionar a obra de Oscar Niemeyer em seu clássico trabalho sobre a arquitetura moderna no Brasil, o arquiteto francês Yves Bruand cita sua trajetória profissional, a parceria com Lúcio Costa, a influência de Le Corbusier e a personalidade artística do arquiteto brasileiro. Personalidade essa que se notabilizou em obras como a Creche do Berço (1937) no Rio de Janeiro, o Grande Hotel (1940) em Ouro Preto, o Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de New York em 1939 e o Conjunto da Pampulha da primeira metade da década de 1940 (BRUAND, 2016: 104-115). O arquiteto francês menciona diversas vezes as características que, segundo ele, tornariam única a obra de Niemeyer: uso de curvas, forma livre, a ousadia ao lidar com as técnicas e materiais e o espírito artístico do arquiteto brasileiro.

Tais especificidades somadas à concepção racionalista de estrutura e às pesquisas que demonstraram a preocupação de Niemeyer em conhecer e vincular sua obra ao barroco,

constituem o tripé que alicerça a narrativa sobre o moderno brasileiro simbolizado por Oscar Niemeyer (BRUAND, 2016: 113). Na análise de Bruand o conjunto da obra de Niemeyer na Pampulha é apresentado como obra artística, aliás, como “síntese das artes” (BRUAND, 2016: 115), uma vez que pintura, paisagismo e uso de azulejos estariam reunidos numa única obra de arte. Todas orquestradas pela arquitetura. Assim, artistas como Cândido Portinari e Roberto Burle Marx também se consagrariam como expoentes do chamado movimento moderno brasileiro, embora coadjuvantes do artista maior, responsável por definir a contribuição de cada uma das outras artes para a composição final, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Se considerarmos os trabalhos analíticos de arquitetos brasileiros referentes à obra de Niemeyer, em geral, ou à Pampulha, em particular, veremos como a narrativa interna fazia eco ao que se propagava no exterior, a respeito do movimento moderno brasileiro. Lauro Cavalcanti, por exemplo, apresenta a Pampulha como a obra mais original do moderno brasileiro. Para o autor:

Pampulha pode ser considerada como o marco inicial de um modernismo genuinamente brasileiro. [...] Local e universal, a nova linguagem foi criada a partir do uso coerente das tecnologias mais recentes e do uso irrestrito da imaginação criadora (CAVALCANTI, 2006: 197).

A ideia de que a Pampulha seria uma espécie de síntese da arquitetura moderna nas Américas, uma vez que nela se manifestariam tanto as ideias europeias quanto as particularidades da arquitetura moderna brasileira, também está presente no trabalho dos arquitetos Flávio de Lemos Carsalade e Pedro Morais (s/d. cf. https://www.academia.edu/10233630/O_Conjunto_Moderno_da_Pampulha_como_Patrim%C3%B4nio_Cultural_da_Humanidade. Consulta em 21/07/2017).

Os arquitetos que se dedicaram a analisar o movimento moderno brasileiro e, assim, colaboraram para a consolidação de uma determinada definição do que teria sido esse movimento e sua memória, estão direta ou indiretamente relacionados ao Dossiê elaborado em 2014. Por meio desse documento o Brasil lançava a candidatura do “Conjunto Moderno da Pampulha” à Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Flávio Carsalade e Pedro Morais, por exemplo, foram membros da comissão técnica responsável pela elaboração do Dossiê. Na bibliografia que endossa o documento, além desses e de outros arquitetos mineiros, encontram-

se também Lauro Cavalcanti, Eduardo Comas, Philipi Goodwin, Oscar Niemeyer, Yves Bruand, entre outros. Esse foi, em geral, o grupo de intelectuais e de ideias concatenados em uma narrativa que arquitetou memórias e concepções e ajudou a constituir o “Conjunto Moderno da Pampulha” como Patrimônio Mundial.

De acordo com o Resumo Executivo do Dossiê, o “Conjunto Moderno da Pampulha” se candidatou em três dos dez critérios estabelecidos pela UNESCO. Foram escolhidos os critérios 1, 2 e 4 (UNESCO, 2014: 13-17), que seriam os mais adequados ao que se pretendia valorizar no bem, tendo em vista suas características e os argumentos de que dispunha a equipe responsável pela constituição da narrativa do patrimônio de valor universal.

Tendo em vista os critérios selecionados, a narrativa do “Conjunto Moderno da Pampulha” como Patrimônio Mundial necessitaria embasar substancialmente alguns pontos essenciais a seu respeito. Primeiramente, o conjunto teria que ser reconhecido como uma obra-prima e, sua criação deveria estar, necessariamente, relacionada a um artista considerado genial. Seria também necessário evidenciar que o bem é uma obra que demonstra intercâmbio de ideias no tempo e no espaço, e que teve impactos sobre a área do conhecimento à qual se relaciona. O último critério selecionado exigiria que o Dossiê demonstrasse que o “Conjunto Moderno da Pampulha” se constitui em exemplo excepcional de construção, ilustrativa de um determinado momento histórico.

Assim, munidos de narrativas consagradas do chamado movimento moderno brasileiro, da Pampulha e de seu criador, os técnicos responsáveis pelo Dossiê puderam arquitetar uma bela narrativa que erguia o conjunto de edifícios modernos construído na capital mineira, na década de 1940, à condição de Patrimônio Mundial. Nos meandros dessa narrativa, mesclaram-se fatores políticos, como a ideia de uma República brasileira que rumava ao progresso técnico e a visão de Juscelino Kubitschek como o prefeito visionário que teria tornado tudo aquilo possível. A narrativa destaca o século XX como contexto pós-colonialista das Américas, período no qual alguns territórios americanos estariam se firmando como nações. O texto cita, também, o contexto brasileiro, particularmente o da cidade de Belo Horizonte na década de 1940. Em uma perspectiva histórica tradicional Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer são narrados como os homens certos, no lugar e momento certos. Alinhavados, contexto político, ideário moderno, embasamento teórico internacional e “genialidade genuinamente brasileira”,

estavam plenamente atendidas as exigências dos três critérios da UNESCO para que o “Conjunto Moderno da Pampulha” fosse declarado Patrimônio Mundial.

A literatura especializada e a crítica internacional haviam consagrado Niemeyer como o arquiteto brasileiro ligado a Lúcio Costa, Le Corbusier e aos princípios básicos da nova arquitetura. Consagraram também sua genialidade e protagonismo na construção de um movimento moderno tido como genuinamente brasileiro, pois, teria rompido com o racionalismo puro e inovado com o uso de formas livres e curvas, que se tornaram a marca registrada de sua obra.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das narrativas dos processos de tombamentos do “conjunto da Pampulha” e do Dossiê de Candidatura ao Patrimônio Mundial constitui-se como um caminho por meio do qual ficam evidenciadas algumas tendências, alguns elementos norteadores das políticas patrimoniais do Brasil e da UNESCO na contemporaneidade.

Observa-se o fato de serem tombamentos diferentes, que atribuem nomes diferentes ao bem e nos quais esse mesmo bem tem configurações igualmente distintas. O que eles têm em comum é exatamente o conjunto de edifícios arquitetados por Oscar Niemeyer na década de 1940. Por vezes, o termo Pampulha até se confunde com esse conjunto, restringindo ao bem, uma região inteira da cidade. Isso ocorre menos no tombamento municipal, no qual um número maior e mais diverso de edifícios recebe proteção.

Destacamos nessa análise a construção da narrativa. Em geral, os textos são formados a partir de inúmeras citações de autores, normalmente arquitetos, que disseram algo majorativo em relação ao bem. Como dissemos a princípio, não há espaço para o dissenso. O processo de tombamento se constitui como *locus* de reunião de vozes ativas – políticos, técnicos das instituições, advogados, arquitetos, conselheiros – e passivas – bibliografia utilizada para embasar as narrativas, sendo todas essas vozes harmonizadas em um discurso de direção previamente definida. É notável a costura de citações de diversos autores sem que nenhuma delas seja problematizada, como é o caso das citações de textos de Oscar Niemeyer ou Lúcio Costa afirmando o “valor inquestionável” dos edifícios modernos da Pampulha. A atuação de

Juscelino Kubitschek à frente da Administração Pública em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais ou na Presidência da República são igualmente naturalizados. São citados trechos do político como justificativa de valoração ao conjunto da Pampulha, sem a menor preocupação de análise crítica dos mesmos.

É importante refletir sobre o fato dessas narrativas, já consagradas sobre o conjunto da Pampulha, terem sido também projetadas fora do Brasil, uma vez lançada a candidatura deste bem ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO, na década de 2010. Com o título de “Conjunto Moderno da Pampulha” o bem foi listado como Patrimônio Mundial em 2016. No contexto da UNESCO, essa candidatura pode ser considerada icônica, se destacarmos o fato de ter sido o primeiro conjunto arquitetônico moderno a ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural.

No que tange ao IPHAN, a análise do texto do Dossiê corrobora, em certa medida, a afirmação de Paulo César Garcez Marins (2016), de que o peso da tradição ainda é muito grande na instituição. Alguns arquitetos que vêm atuando no IPHAN desde a década de 1980, assumiram a postura de herdeiros dos intelectuais que estiveram à frente da instituição em suas primeiras décadas de existência. Dessa forma, eles têm colaborado com a perpetuação de uma memória acerca do movimento moderno brasileiro, cristalizada ainda na primeira metade do século passado. A inclusão do “Conjunto Moderno da Pampulha” na Lista do Patrimônio Mundial consolida, portanto, a narrativa sobre o movimento moderno no Brasil, cujos marcos inicial e final são a Pampulha da década de 1940 e a Brasília da década de 1960, respectivamente, e cujos grandes mestres foram Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Quanto à UNESCO, pode-se dizer que desde a Convenção de 1972 houve esforços por parte da instituição para promover uma descentralização do Patrimônio Mundial para além da Europa. Embora os critérios de seleção permanecessem praticamente os mesmos, sobretudo os de “autenticidade” e “excepcionalidade”, é possível identificar por parte da UNESCO uma ampliação temática e geográfica sobre o patrimônio moderno (NASCIMENTO, 2016: 48-50; 65-67). Nesse sentido, deve-se destacar, também, a ação do International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement – DOCOMOMO –, inclusive, como colaborador da UNESCO no que diz respeito ao patrimônio moderno. Esse alargamento do conceito de patrimônio, abarcando a arquitetura

moderna e a preocupação em ampliar o olhar do ponto de vista geográfico, reflete uma mudança de postura importante por parte da UNESCO. O reconhecimento do conjunto moderno da Pampulha, faz parte desse novo contexto institucional, de valorização da patrimônio arquitetônico do século XX.

Nessa análise, procuramos descrever os processos de tombamentos e o Dossiê de Candidatura ao Patrimônio Mundial e explicitar as principais ideias norteadoras das ações de preservação do Brasil ao longo desse contexto histórico. Buscamos destacar agentes que exerceram papéis importantes no processo, atuando em instituições patrimoniais brasileiras. Nosso objetivo foi apresentar uma imagem menos impessoal dessas instituições, além de analisar os posicionamentos e decisões de cada um, tendo em vista seus contextos e lugares de fala.

Esperamos que tal análise colabore para elucidar questões que nos permitam compreender cada vez mais o campo do patrimônio brasileiro e as consequências sociais de suas práticas.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2005.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. Trad. Ana M. Goldberg. São Paulo: Perspectiva, 2016.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CARSALADE, Flavio de Lemos; MORAIS, Pedro. O Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade. In:

https://www.academia.edu/10233630/O_Conjunto_Moderno_da_Pampulha_como_Patrim%C3%B4nio_Cultural_da_Humanidade. Consulta em 21/07/2017.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº35, 2017. PP.79-103.

CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). In: *Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148.

DOSSIÊ DE CANDIDATURA DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA. IPHAN, 2014.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf. Página consultada em: 20/07/2017.

CASTRO, Mariângela & FINGUERUT, Silvia orgs. *Igreja da Pampulha: restauro e reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”).

IEPHA-MG. *Guia de Bens Tombados IEPHA-MG*. 2ª Ed. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2014. Vol.1.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memória: Habitação social, arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora da USP: Fapesp, 2016.

MARINHO, Silvino. O aumento de bens do movimento moderno na Lista do Patrimônio Mundial e o debate sobre autenticidade. *Anais do 12º Seminário DOCOMOMO Brasil*. Uberlândia, MG, 21 a 24 de Nov de 2017. P.3.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.29, nº57. PP.9-28, jan-abr 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

UNESCO. *Convenção de 1972*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Consulta em 05/01/18

SMITH, Laura Jane. El “espejo patrimonial”. Ilusion narcisista ou reflexiones múltiples? *Antípoda*. Revista de Antropología y Arqueología, n.12, enero-junio, 2011, PP.39-63. Universidad de Los Andes, Bogotá.